

A memória como valor e como política institucional na Fundação Oswaldo Cruz/Fiocruz: reflexões sobre engajamento e significação social para a legitimidade de instituições públicas

Memory as value and as an institutional policy in Oswaldo Cruz Foundation/Fiocruz: reflections on engagement and social meaning for public institutions' legitimacy

Enviado em: 25/05/2020

Aceito em: 04/06/2021

Erica de Castro Loureiro¹.
Diana de Souza Pinto².

Resumo:

O presente artigo, resultado parcial de pesquisa de doutorado em Memória Social em andamento, discute o desenvolvimento de políticas de memória em instituições públicas no país, trazendo o caso da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Discorre sobre temas como instituição, quadros sociais da memória e políticas de memória e identidade. Reflete sobre o lugar da alta gestão de uma instituição pública como promotora de ação intencional que define a memória enquanto valor. Adotando uma perspectiva sócio-interacional da linguagem, concebe discursos e narrativas institucionais como elementos que atuam na construção e atualização da identidade, legitimidade e significação social das instituições, destacando sua relevância em iniciativas de memória. Em diálogo com o momento sócio-histórico atual, conclui reiterando a necessidade de se adotar posicionamentos éticos e políticos para o desenvolvimento de políticas de memória em instituições públicas, destacando a importância de que estas estejam ancoradas em quadros sociais amplos, para além das fronteiras institucionais.

Palavras-chave: Memória Institucional; Políticas de Memória; Discurso Institucional.

Abstract

This paper is part of an ongoing doctoral research in Social Memory and discusses the development of memory policies in public institutions, in light of Oswaldo Cruz Foundation (Fiocruz)'s case. It relies on categories such as institution, social memory frameworks and policies of memory and identity. It examines the place of the top management of an institution as a promoter of intentional actions that conceives memory as a value. According to a socio-interactive perspective towards language, it discusses how discourses and narratives contribute to the construction and lasting updating of concepts such

1 Érica de Castro Loureiro atua como analista de gestão em saúde da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). É doutoranda em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). E-mail: ericaloureiro@gmail.com

2 Diana de Souza Pinto é professora associada da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), atuando como pesquisadora e docente no Programa em Pós-Graduação em Memória Social. É doutora em Psiquiatria, Psicanálise e Saúde Mental. E-mail: dianap@globo.com

as institution, identity, legitimacy, and social meaning of institutions, by highlighting their relevance to memory policies. By considering the current socio-historical moment, it concludes that some ethical and political positions should be taken for the development of public institutions memory policies. Finally, it emphasizes the role of broad social frameworks to such memory policies.

Keywords: Institutional Memory; Memory Policies; Institutional Discourses

Introdução

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), instituição centenária de saúde pública brasileira, publicou, em 2020, sua política de memória institucional³. Certamente não se trata de iniciativa inaugural no campo da memória, dado que, desde 1986, conta com uma Unidade Técnico-Científica⁴ dedicada ao campo da história e da preservação da memória da instituição, das ciências e da saúde, a Casa de Oswaldo Cruz. Mesmo antes e depois da criação desta Unidade, pesquisas e ações memoriais⁵ baseadas nos mais diversos acervos e personagens não são estranhas a essa instituição cujos primeiros anos de existência remontam ao então chamado Instituto Soroterápico Federal, criado no início do século XX para combater o surto de peste bubônica na cidade do Rio de Janeiro (BENCHIMOL, 1990).

Inspirada pelos valores legados por seu patrono, o cientista Oswaldo Cruz, entre outros personagens igualmente marcantes em sua longa trajetória, a Fiocruz seguiu crescendo e diversificando seu campo de atuação, orientando-se pela defesa do direito à saúde e da cidadania ampla como valores centrais. Assim, perguntamo-nos: o que levou esta instituição, já tão fortemente marcada pela força de seus célebres personagens, assim como pela experiência na composição, preservação e difusão dos seus mais variados acervos, a enfatizar a memória enquanto valor neste momento preciso, quando

3 A Política de Memória da Fiocruz está disponível para leitura no Portal da Fiocruz, no link: https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/politica_de_memoria_fiocruz.pdf

4 A Fiocruz possui 16 Unidades Técnico-Científicas, localizadas em 10 estados do território brasileiro, além de um escritório internacional em Maputo. Seu campus sede fica no Rio de Janeiro.

5 Destaca-se a trajetória de ações museológicas na instituição, tópico que mereceu destaque na política de memória institucional publicada em 2020.

completa 120 anos de existência, a ponto de desenvolver uma política para orientar e estimular o desenvolvimento de ações com essa finalidade?

Quais as implicações de uma política de memória alavancada pela alta gestão de uma instituição pública? Que questões emergem, nesse contexto, no desenvolvimento de ações de memória? Em que medida discursos e narrativas institucionais atuam na criação e atualização da identidade institucional, assim como na legitimidade pública desse tipo de instituição? Estas são algumas das questões que orientam a pesquisa de doutorado em andamento, da qual o presente artigo é produto parcial. Situadas no campo da memória social, as discussões a serem apresentadas pretendem localizar ética e politicamente (GONDAR, 2016) que tipos de memória uma política institucional com essa finalidade pode evocar .

Para subsidiar a discussão aqui empreendida, iniciaremos discorrendo sobre os conceitos de instituição e quadros sociais da memória. Em seguida, apresentamos a perspectiva sócio-interacional da linguagem para consubstanciar a compreensão de como os discursos e narrativas operam no âmbito das instituições, destacando a importância do engajamento e de uma adesão afetiva da sociedade a essa memória coletiva, possibilitando-nos, assim, compreender a instituição enquanto algo a ser reivindicado, e não meramente herdado. As especificidades de políticas de memória e de identidade em instituições públicas são o tópico de discussão que antecede a conclusão, na qual é apontada a importância de que políticas de memória em instituições públicas estejam ancoradas em amplos quadros sociais, para além das fronteiras institucionais. Por fim, discutimos brevemente o contexto sócio-histórico atual, de uma pandemia em curso, em que o efetivo engajamento social com instituições de Estado, como é o caso da Fiocruz, se faz ainda mais premente para superação de desafios coletivos rumo a construção de projetos de futuro política e eticamente desejáveis.

Instituição e quadros sociais da memória

Ao pensarmos sobre possíveis políticas de memória para uma instituição, nos propomos, inicialmente, a refletir sobre o conceito de instituição em si, especialmente aquelas de caráter público, de maneira a trazer elementos que possam contribuir para observar as especificidades de uma ação intencional voltada à memória nesse tipo de organização coletiva.

Em levantamento sobre possíveis significados para o termo instituição, o psicanalista francês Jean-Pierre Lebrun (2016) afirma que esta pode ser entendida como um conjunto de estruturas organizadas que tendem a se perpetuar em dado setor de atividade social. Destaca o autor a possível coexistência neste mesmo termo de duas noções: uma de permanência, relacionada ao instituído, e outra de criação, voltada ao instituinte, ao estabelecer algo pela primeira vez. (LEBRUN, 2016, p. 14)

Especialmente considerando esta última dimensão instauradora, o autor afirma a existência de uma ideia de temporalidade e hierarquia por trás da instituição, dado que há uma disparidade implícita entre aquele que estabelece algo pela primeira vez, e que portanto começa e comanda, e todos os outros que se seguem. Para o autor, a instituição supõe a consideração de diferentes lugares, e a prevalência de um sobre os demais. (LEBRUN, 2016, p. 14)

Ao pensar uma política vocacionada para o incentivo de iniciativas de memória promovidas pelo mais alto escalão de uma instituição pública, como é o caso da Fiocruz, devemos considerar: qual é esse lugar de prevalência, de onde parte o interesse por esse tipo de ação? E quais seriam os demais lugares a serem afetados por atividades com esse fim.

Lebrun destaca que, para que exista de fato uma sociedade, significações comuns são necessárias, na qual o comum deve estar em posição de sobrepujança, não dependendo de “consenso intersubjetivo”, o que, por si só, não perfaz uma sociedade. (LEBRUN, 2016, p.17) Ainda segundo o autor, fatos institucionais só existem por meio de uma espécie de acordo coletivo sobre sua existência, acrescentando que a sustentação é a essência da função institucional, cujo vetor preferencial de transmissão seria via tradição, dado que “é sempre o tempo de ontem que lhe serve de ponto de apoio para legitimar o hoje”. (LEBRUN, 2016, p. 19)

Acreditamos que ações de memória institucional podem estar focadas nesse acordo a respeito de feitos de tempos passados para legitimação atual, ainda mais considerando instituições longevas, como o caso aqui abordado, da Fiocruz. Mas novamente Lebrun questiona sobre o tema da tradição nas instituições hoje, pois, ao seu ver, é importante:

[...] encontrar uma legitimidade que não esteja sob o cajado do único passado, mas antes sob o da 'duração pública', única maneira de manter em operação a dimensão de temporalidade que identificamos como estando no coração da instituição. (LEBRUN, 2016, p. 23)

Especialmente no âmbito das instituições públicas, essa percepção nos parece bastante adequada, por centrar a justificação institucional na sua razão pública de ser, que se atualiza e deve ser assim percebida por aqueles aos quais a instituição deve servir, a sociedade. Referindo-se a uma maior horizontalidade nas relações, Lebrun afirma que uma certa transcendência – que, ao nosso ver, diz respeito ao comum em posição de sobrepujança necessário aos coletivos, conforme mencionado anteriormente – não pode apoiar-se mais em um caráter substancial, e sim ser entendida como uma exterioridade em construção:

[...] sempre tendo que se fazer e, no entanto, reconhecida como sempre logicamente em vigor. Isso implica, portanto, não somente o fato de ser capaz de mudanças e de remanejamentos incessantes, mas também o de se preocupar com a permanência e a estabilidade, permitindo assegurar uma instância terceira. (LEBRUN, 2016, p. 29).

Assim, seria preciso conceber a instituição “como referência de legitimidade não mais com a tradição e o que ela transmite, mas com a temporalidade que autoriza o desejo de durar”. (LEBRUN, 2016, p. 41) Essa discussão nos parece central para refletirmos sobre qual deve ser o motor do desejo de continuidade e de valorização de uma determinada identidade institucional a ser declarado em uma política de memória institucional para uma instituição pública, que certamente considera a tradição, mas também as transformações permanentes, inclusive na significação social desta instituição para a sociedade à qual serve.

Ainda nos aprofundando nas especificidades da instituição e de uma ação de memória neste âmbito, Berger e Luckmann (2006, p. 79) entendem que a institucionalização ocorre sempre que há “tipificação recíproca de ações

habituais por tipos de atores”. Os autores afirmam que as instituições implicam historicidade e controle, dado que essas ações tipificadas acontecem no curso de uma história compartilhada, da qual as instituições são produto. Assim, não seria possível compreender adequadamente uma instituição sem o respectivo entendimento do processo histórico em que esta foi produzida. (BERGER e LUCKMANN, 2006, p. 79-80)

As instituições controlam a conduta humana “estabelecendo padrões previamente definidos de conduta, que a canalizam em uma direção por oposição às muitas outras direções que seriam teoricamente possíveis”. (BERGER e LUCKMANN, 2006, p. 80) Neste caminho, podemos trazer ainda as ideias da antropóloga Mary Douglas, que destaca a dimensão coletiva do pensamento no âmbito das instituições. Para a autora, as instituições naturalizam certas analogias que, na verdade, partem de escolhas e definições, em uma espécie de “domínio exercido pelas instituições em nossos processos de classificação e de reconhecimento”. (DOUGLAS, 1998, p. 12) Para a autora, a existência legal de um grupo não é suficiente afirmar que ele se comporta de determinada maneira. Recorrendo a Emile Durkheim, ela atesta que não se deve negar as origens sociais do pensamento individual, afirmando que “as classificações, as operações lógicas e as metáforas que nos guiam são dadas ao indivíduo pela sociedade”. (DOUGLAS, 1998, p. 20) Essa naturalização de classificações sociais, promovida pela instituição, a torna facilmente reconhecida e revestida de uma verdade que se autolegitima. (DOUGLAS, 1998, p. 61)

Neste sentido, voltamos mais uma vez à Berger e Luckmann (2006, p.87), quando afirmam que todas as instituições aparecem como dadas, inalteráveis e evidentes, destacando que “a objetividade do mundo institucional, por mais maciça que apareça ao indivíduo, é uma objetividade produzida e construída pelo homem”. O mundo institucional exige, entretanto, uma legitimação, modos pelos quais possa ser explicado e justificado. Sua realidade torna-se mais consistente conforme é transmitida entre diferentes gerações, chegando como tradição, história, e não memória biográfica. (BERGER e

LUCKMANN, 2006, p. 88) Assim, mecanismos específicos de controles sociais tornam-se necessários com a historicização das instituições.

Acreditamos que as políticas de memória se inserem e podem se fundar como parte do esforço para estabelecer esses mecanismos de controle. Assim como concluído por Lebrun, também Berger e Luckmann consideram que a transmissão do significado de uma instituição baseia-se no reconhecimento de que esta instituição funciona como solução permanente de um problema igualmente permanente para uma dada coletividade. Neste sentido:

[...] os atores potenciais de ações institucionalizadas devem tomar conhecimento sistematicamente desses significados. Isso exige alguma forma de processo educacional. Os significados institucionais devem ser impressos poderosa e inesquecivelmente na consciência do indivíduo... deve também haver procedimentos mediante os quais estes significados possam ser reimpressos e memorizados... os significados institucionais tendem a ser simplificados no processo de transmissão, de modo que uma determinada coleção de 'fórmulas' institucionais possa ser facilmente aprendida e guardada na memória pelas gerações sucessivas. (BERGER e LUCKMANN, 2006, p. 98)

Ao refletir sobre os chamados quadros sociais da memória, Maurice Halbwachs afirma que quando membros de determinado grupo percebem e categorizam um determinado objeto, eles estão concordando com as convenções do grupo que dominam tanto seu pensamento quanto o dos demais. Afirma, portanto, que não existem recordações que possam ser consideradas puramente interiores, dado que reproduziriam sempre uma percepção coletiva. (HALBWACHS, 2004, p 319) A linguagem seria a evidência mais clara desse caráter coletivo das memórias, já que esta pressupõe não apenas um homem, mas a existência de uma sociedade, sendo as palavras "perguntas ou respostas dirigidas a uma coletividade" (HALBWACHS, 2004, p. 321) Segue o autor afirmando que:

Somente podemos recordar com a condição de encontrar, nos marcos da memória coletiva, o lugar dos acontecimentos passados que nos interesse. Uma lembrança é tão mais fecunda quando reaparece no ponto de encontro de um grande número desses marcos que se entrecruzam. (HALBWACHS, 2004, p. 324)

Também o esquecimento é explicado pelo autor segundo essas bases, na medida em que a sociedade se adaptaria às circunstâncias, representando o passado de diversas maneiras, que seria modificado "no mesmo sentido em

que a memória coletiva evolui”. (HALBWACHS, 2004, p. 324). Entendendo feitos do passado como ensinamentos, o autor afirma que os marcos da memória podem ser entendidos também como uma cadeia de ideias e julgamentos. (HALBWACHS, 2004, p. 328) Para Halbwachs, a sociedade tende a afastar de sua memória aquilo que poderia separar os indivíduos uns dos outros, e “em cada época modifica suas recordações para reajustá-las com as condições variáveis de seu equilíbrio”. (HALBWACHS, 2004, p. 336) Assim:

[...] as crenças sociais, quaisquer que sejam sua origem, têm uma dupla condição: são tradições ou recordações coletivas mas também ideias ou convenções que resultam do conhecimento do presente... o pensamento social seria exclusivamente lógico: só admitiria o que convém às atuais circunstâncias. (HALBWACHS, 2004, p. 343)

Considerando esse caráter coletivo das memórias pensadas no âmbito de instituições públicas, destacamos que a coletividade a qual se referem contempla necessariamente a sociedade, principal beneficiária das ações institucionais, além de ser responsável também pelo controle social das mesmas. Portanto, os marcos sociais que se entrecruzarem, com potencial de fortalecimento de uma memória coletiva, envolvem não apenas o grupo interno da instituição, mas também percepções e vivências da sociedade em sua relação com a instituição. Esse engajamento da sociedade é o que possibilita a permanente atualização de sua significação pública. Vejamos, então, como diferentes narrativas e discursos atuam na construção compartilhada entre instituição e sociedade.

Discursos e Narrativas Institucionais

Segundo a linguista Charlotte Linde (2009), os motivos para uma instituição desejar recordar e representar seu passado podem ser muitos, tais como estabelecer a legitimidade de alguma autoridade; reivindicar algum tipo de posse, prioridade política ou intelectual; estabelecer estabilidade; ou, ainda, para comparar o passado com o presente e mostrar que as coisas estão se tornando melhores ou piores, entre outras motivações possíveis. (LINDE, 2009, p. 3)

Assim, o processo de estabelecimento de uma política de memória no âmbito de determinada instituição implica a utilização de discursos institucionais que justifiquem essa necessidade. Heritage e Clayman (2010) apontam três elementos básicos do discurso institucional: uma interação que envolve participantes orientados por objetivos vinculados a suas identidades institucionais; restrições a respeito do que é ou não permitido de ser dito e tratado; e uma estrutura de inferências e procedimentos que são particulares para determinados contextos institucionais. (HERITAGE, J.; CLAYMAN, 2010, p. 34).

Essas características também podem ser observadas nos discursos institucionais acionados para a aprovação da política que sustenta a necessidade de ações organizadas de memória na Fiocruz. Estes objetivam, por um lado, convocar e valorar uma identidade institucional e, por outro, definir os princípios e diretrizes prioritários na orientação de tal política.

Na dimensão das práticas discursivas institucionais, com foco no cumprimento de uma tarefa (HERITAGE, J.; CLAYMAN, 2010, p. 36), o discurso corporifica condutas e regras que governam a ação, com a existência de alguns padrões recorrentes. A maneira própria de atuar por meio do discurso em uma instituição é, portanto, responsável também por reproduzi-la, dado que entendemos aqui, alinhados à perspectiva sócio-interacional do discurso, que estabilidade e mudanças na vida institucional são ambas produtos da interação humana.

A abordagem sócio-interacional para a análise do discurso surge nos anos 1970, a partir das discussões trazidas pelo antropólogo americano John Joseph Gumperz, com a proposta de observar práticas situadas da linguagem, em encontros face a face. (RAMPTON, 2017). Em linhas gerais, contempla interpretações e inferências produzidas pelos interlocutores em ação, envolvendo elementos linguísticos e não linguísticos. Pressupõe, portanto, o entendimento da linguagem em uso, em seu contexto situado, em que os sentidos são negociados entre os atores, sem deixar de considerar, entretanto, o contexto maior, sócio-histórico, que informa essas práticas.

A localização física no qual a interação ocorre não determina a institucionalidade das interações, mas sim as ocasiões nas quais as identidades profissionais ou institucionais dos participantes se tornam relevantes para a atividade ou tarefa específica nas quais estão engajados. (DREW e HERITAGE, 1992, p. 3-4) Assim, a forma característica de atuar pelo discurso não se restringe à performance dos profissionais somente no intramuros institucional. Especialmente considerando instituições públicas, variadas são as ocasiões em que esse discurso institucional característico pode ser ativado para a tarefa a ser realizada com amplo espectro de atores institucionais e sociais, sejam aqueles que fazem uso dos serviços prestados pela instituição ou aqueles que com ela interagem na discussão e construção de políticas públicas.

Segundo Linde (2009), a preocupação de uma ação de memória institucional centra-se na garantia de que partes desejáveis do passado da instituição estejam sendo adequadamente mantidas e preservadas para algum uso. A autora considera que a reprodução social é uma conquista baseada em um trabalho constante e invisível que faz com que as estruturas continuem e sejam entendidas como “as mesmas”. (LINDE, 2009, p. 9) Para tal, considera o processo de rememorar como elemento central, dado que essa rememoração pode até ser solitária e interna para um indivíduo, mas, para uma instituição, é necessariamente um evento social, envolvendo ao menos dois, ou mesmo milhares de pessoas.

Presentes nos mais variados gêneros de discursos institucionais (reuniões, sessões de treinamento, entrevistas, entre outros), as narrativas podem ser entendidas como instrumentos que atuam na reprodução social e que contribuem para o estabelecimento de uma determinada identidade institucional. Ao discorrer sobre a relação de cada um dos membros da instituição com esse passado reivindicado como sendo, de alguma maneira, oficial do grupo, Linde (2009) afirma que as narrativas podem ser consideradas como o elo entre as formas pelas quais determinada instituição representa seu passado e as maneiras pelas quais seus membros usam, alteram ou contestam

esse passado, até para que possam compreender seus próprios lugares dentro da instituição, e mesmo a parte dela. Segundo a autora, existem:

[...] pequenas conexões e traços entre histórias individuais e histórias da instituição que indicam como as pessoas são induzidas a se filiarem institucionalmente e, como parte desse processo, aprendem a modelar suas histórias para harmonizar com os eventos e valores das principais narrativas institucionais. (LINDE, 2009, p. 4)

No caso das instituições públicas, consideramos que essa adesão e espécie de filiação podem ocorrer para além das fronteiras institucionais. Não apenas profissionais podem validar, questionar ou se apropriar das narrativas institucionais, mas também membros da sociedade, a quem a instituição deve estar a serviço, dado que, como visto anteriormente, sua existência só se justifica para atender a uma demanda permanente de determinado grupo social.

Assim, a vinculação de narrativas de grupos sociais atendidos pela instituição aos valores por ela propagados em suas narrativas institucionais são elementos centrais de uma memória coletiva ancorada em amplos quadros sociais, como acreditamos ser central para instituições públicas. É essa vinculação e afetividade que possibilitarão a efetiva adesão, apropriação e defesa dessa instituição pela sociedade, e sua definição enquanto patrimônio a ser reivindicado, e não meramente herdado. (DAVALLON, 2015, p.1). Esse entendimento nos parece central para uma política institucional que reconheça, na memória, o elemento essencial para a reflexão sobre o passado visando à superação de desafios do presente, e, no extramuros, parceiros efetivos que devem estar engajados para construção de projetos de futuro que sigam legitimando a razão de ser institucional.

Entendendo a linguagem enquanto ação no mundo, as representações do passado por meio das narrativas as tornam “estratégicas, funcionais e intencionais... utilizadas para alcançar certos fins”. (RIESSMAN, 2008, p. 8) Acreditamos, portanto, que as estratégias de priorizar certos tipos de histórias em detrimento de outras por meio das narrativas certamente são elementos presentes em políticas de memória institucional. Outra dimensão a ser considerada, sob a perspectiva sócio-interacional, é o papel desempenhado

pela audiência. Esta sempre interpreta a narrativa, que só pode estar completa a partir da interação entre narrador e audiência. Por meio desse trabalho, alguns eventos parecem inevitavelmente levar a outros, e o final da história é compreendido como a culminação e a atualização de eventos precedentes, tornando as narrativas naturalizadas. (LAWLER, 2013, p. 28-29) Seria preciso, portanto, um engajamento permanente na rememoração, na recontagem e na interpretação do passado de maneira a evocá-lo por meio de uma “memeropolítica”, processo pelo qual o passado é reinterpretado à luz do conhecimento e entendimentos presentes do assunto. (LAWLER, 2013, p. 31)

Essa figura parece especialmente interessante no contexto de uma política de memória que busca promover o conhecimento e a valorização de feitos do passado, em diálogo com a situação presente e com projetos de futuro. É preciso considerar que as narrativas presentes nos discursos institucionais, performados no intra ou extramuros, atuam nessa interpretação, reflexão e orientação rumo ao futuro, e que essa construção deve ser feita com o engajamento e validação da audiência-sociedade, possibilitando o trabalho permanente de atualização da identidade e da significação pública da instituição.

Políticas de Memória e Identidade

Iniciaremos a discussão a respeito das possibilidades da memória enquanto ação política discutindo brevemente o que se convencionou chamar “boom da memória”, refletindo sobre possíveis riscos de abusos em iniciativas dessa natureza. Localizado, em geral, a partir do pós-guerra, esse boom contemporâneo parte do desejo dos Estados-Nação se voltarem para o passado como base para justificar sua legitimidade, pois o declínio de visões utópicas teria levado a esse olhar para passados coletivos, inspirando reivindicações e políticas identitárias, muitas vezes voltadas para cuidar de algum tipo de ferida ou rancor. (OLICK e VINITZKY-SEROUSSI, 2011, p.3)

A esse movimento seguiu-se também uma mercantilização da nostalgia e a popularização da história, assim como o desenvolvimento de pesquisas científicas sobre o tema, projetos de história oral, entre outros. Alguns

consideram a existência mesmo de uma indústria da memória. Esta leitura crítica não é, entretanto, homogênea entre autores que estudam o tema, dado que a existência da produção de um excedente acadêmico em determinado campo pode indiciar sua fertilidade, e não sua decadência. (OLICK e VINITZKY-SEROUSSI, 2011, p. 4)

Não se pode deixar de considerar que, ao apresentar claramente a intenção de desenvolver e promover ações intencionais voltadas à memória institucional, especialmente considerando o atual cenário nacional, de baixa valorização de instituições públicas, infere-se um certo desejo da instituição em ancorar sua relevância e legitimidade em um passado que ajude a justificar o que entende enquanto uma permanentemente renovada importância institucional.

Percebemos que o apelo à memória, muitas vezes, tem no reconhecimento e na valorização de determinada identidade um de seus principais motes. Como nos indica a socióloga Steph Lawler (2014), de maneira análoga à memória, a identidade é também socialmente produzida, e por isso deveria ser tratada, sobretudo como uma questão e não como uma resposta dada, não devendo, portanto, ser concebida enquanto um produto finalizado, e sim como “engajamentos ativos e processuais com o mundo social”. (LAWLER, 2014, p. 10) A autora destaca, entretanto, que essa característica processual da identidade não implica que categorias identitárias não tenham importância, dado que elas informam, apesar de não determinarem o senso próprio dos indivíduos. Propõe que a identidade seja concebida principalmente em termos de processos ativos de identificação, que podem acontecer mesmo com o gerenciamento de identidades contraditórias. (LAWLER, 2014, p. 10-11) Além disso, afirma a não existência de uma essencialidade na identidade, que seria construída entre indivíduos, por meio das relações sociais (LAWLER, 2014, p. 19)

Essa ideia parece especialmente interessante para uma política de memória que pretenda respeitar a diversidade e unir esforços, interna e externamente, frente a objetivos comuns, que envolvem não só os próprios profissionais de determinada instituição, mas a sociedade que é razão maior da

existência da mesma. A socióloga argentina Elizabeth Jelin (2002) afirma que o núcleo de qualquer identidade individual ou coletiva está ligado a um sentido de permanência ao longo do tempo, e que a capacidade de poder recordar algo do passado é o que dá sustentação à identidade. Entretanto, nem memórias nem identidades:

[...] são coisas ou objetos materiais que se encontram ou perdem. “As identidades e memórias não são coisas *sobre* as quais pensamos, e sim *com* as quais pensamos. Como tais, não têm existência fora de nossa política, nossas relações sociais e nossas histórias. (JELIN, 2002, p. 25)

Jelin (2002) ressalta ainda que toda política de conservação e de memória, ao selecionar quais pegadas preservar, conservar ou comemorar, tem também uma vontade de esquecimento implícita. Assim, a autora destaca que esquecimentos ou apagamentos podem ser produto de uma vontade política de esquecimento.

Há esquecimentos institucionais, ou enquadramentos da memória, que podem interessar a alguns atores, e até promover transformações na identidade e na trajetória institucional. Entretanto, ignorar ou silenciar as diferentes vozes e experiências não parece ser uma postura adequada, pois como adverte Pollack, “essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa”. (POLLAK, 1989, p.4)

Considerando a grande vinculação da identidade, entendida como sempre política, e a reflexão sobre uma política de memória, trazemos as ideias do sociólogo Javier Lifschitz sobre o termo memória política, pois acreditamos aplicar-se, em certa dimensão, às políticas de memória aqui discutidas. O autor considera que o termo memória política pode remeter à ideia de que alguns povos escolhem esquecer, enquanto outros recusam o esquecimento, apesar de apontar que essas duas dimensões nunca são absolutas. Destaca que, cada vez que o passado retorna, ele adquire novas formas políticas, e

[...] o que realmente devemos identificar são as diferentes formas de atualização (...) a memória não segue necessariamente os passos sequenciais das gerações (...) existem releituras, vácuos, esquecimentos. (LIFSCHITZ, 2016, p. 67-68)

Esse tipo de memória política seria, portanto, um tipo de ação estratégica, e Lifschitz parece sublinhar que a atualização estratégica ao longo do tempo é um ponto central para políticas relacionadas à memória. Essa nos parece uma reflexão interessante para evitar uma política de memória e correspondentes ações que se calcem muito fortemente na afirmação de uma determinada identidade, ou de qualidades percebidas ou destacadas como desejáveis pelos promotores da política no âmbito da instituição, desconhecendo as particularidades do momento presente que, invariavelmente, demandam atualizações nas estratégias voltadas à memória.

Articulando essa ideia àquelas apresentadas na primeira seção do presente artigo, acreditamos que, no caso de instituições públicas, há o desejo e a vontade de se evidenciar o impacto e a relevância social de determinada instituição e sua importância constantemente atualizada ao longo das transformações contextuais pelas quais passa e passará em sua trajetória. Ainda que se desenvolvam ações voltadas à valorização ou à promoção de determinada cultura ou práticas desejáveis pelos profissionais que nela atuam, não se pode perder de vista o grupo ampliado, localizado fora das fronteiras institucionais, que deve compartilhar da crença de que a missão de determinada instituição segue relevante no momento presente rumo aos projetos de futuro deste coletivo.

Especialmente em períodos de crise, conforme os momentos que, a nosso ver, são enfrentados pelas instituições públicas no atual cenário da política nacional, é preciso apoio externo para a superação de desafios, que transcenda um nível saudável de coesão interna, desde que este não seja artificialmente forjado. É necessário, portanto, refletir sobre o que se deseja e quem se deve envolver ao afirmar a importância da própria instituição e de determinadas características que a fizeram se perpetuar ao longo do tempo.

Uma última discussão apontada por Lifschitz (2016) diz respeito à diferença entre a memória social, tal como entendida por Halbwachs, ancorada em ações espontâneas ligadas à um sentimento afetivo de ligação e reconhecimento entre membros de um grupo, e a memória política, que seria intencional, buscando intervir no mundo real, e que por essência não aceitaria

consensos, dado que tem sempre o poder como destinatário de suas mensagens. (LIFSCHITZ, 2016, p. 72) Acreditamos que uma política de memória no âmbito institucional deve atuar, entretanto, nessas diferentes dimensões, por possuir características de ambas, não sendo contemplada totalmente por nenhuma delas.

Resta evidente a intencionalidade de uma política de memória institucional, assim como um certo intuito de intervenção, já que se trata de ação estratégica que visa a causar impacto na percepção de um variado número de atores a respeito da relevância de determinada instituição, que deve ser atualizada permanentemente, endossando seu desejo de permanência. Nesse contexto, e também para garantia de sua estabilidade, certamente alguns elementos da trajetória e da identidade institucional serão intencionalmente destacados, enquanto outros podem ser esquecidos. Assim, as ações relacionadas à política de memória surgem como mais um elemento a ser acionado para o fortalecimento da legitimidade institucional frente a um cenário presente em que sentidos e interesses, que podem garantir ou inviabilizar a reprodução dessa instituição no tempo, estão em permanente embate, negociação e construção.

Entretanto, a dimensão da afetividade, da vinculação e do reconhecimento da trajetória por quadros sociais mais amplos, tanto aqueles separados por gerações institucionais quanto aqueles presentes para além dos muros da instituição, também nos parece importante elemento a ser estimulado em uma política com esse fim. Até para maior impacto de sua dimensão política, as ações de memória em instituições públicas não podem prescindir dessa dimensão afetiva, de apropriação e engajamento com determinada instituição, entendida enquanto um patrimônio coletivo a ser reconhecido, reivindicado e vivenciado como tal pela sociedade à qual a instituição deve servir.

Conclusão

Em texto em que apresenta cinco proposições a respeito da Memória Social, Jô Gondar (2016) afirma que este é um conceito essencialmente ético e político, sendo preciso escolher uma perspectiva frente a sua adoção, dado

que o mesmo permite significações diferentes, porém não equivalentes. Já Marco Schneider (2013) afirma que a política, enquanto gestão do poder, é o território da efetividade da ética, que diz respeito à superação das contradições que se colocam entre o bem de cada um e o do(s) outro(s), completando que “ética sem política é inócua, é potência sem ato”. (SCHNEIDER, 2013, p. 63) Abordando fundamentos ético-políticos da interdisciplinaridade – outra das proposições acerca do campo da Memória Social, segundo Gondar (2016) – Félix Guattari (1992) afirma que a ciência não pode se contentar em estudar passivamente temas da cultura, pois ela tem a obrigação de intervir e se engajar. (GUATTARI, 1992, p. 6)

Acreditamos que o estudo envolvendo uma política de memória, que parte de um lugar muito específico, a alta gestão de uma instituição pública, e em desenvolvimento por um membro desta instituição também diretamente envolvido na proposição desta política, como é o caso da primeira autora do presente artigo, exige alguns entendimentos e posicionamentos. Cabe considerar os interesses e contradições que devem ser avaliados e gerenciados, sem perder de vista o evidente objetivo de intervenção e engajamento presentes tanto na pesquisa quanto na própria política em si. As discussões aqui apresentadas embasam teoricamente esse posicionamento; entretanto, dado que partem de pesquisa de doutorado em andamento, permitem, no momento, conclusões parciais e provisórias a respeito do tema da Política de Memória da Fiocruz.

As discussões apresentadas ressaltam o caráter dinâmico da instituição, assim como sua atuação na naturalização de analogias e classificações sociais, destacando ainda o papel das narrativas e dos discursos institucionais na construção e atualização de identidades e projetos de futuro. A partir do conceito de quadros sociais da memória (HALBWACHS, 2004), destacamos enfaticamente a importância de que, no âmbito de instituições públicas, o caráter coletivo das memórias seja entendido como fortemente ancorado em percepções de atores externos à organização, posto que a chave para a atualização permanente da significação pública dessas instituições encontra-se na sociedade, o que efetivamente legitima seu desejo de durar.

Isso significa que ações a serem promovidas no âmbito de uma política de memória institucional devem contemplar não apenas o público interno, nem estar focadas somente na valorização de determinada identidade ou tradição institucional. A sociedade não é apenas “cliente” da instituição, mas parte constituinte da mesma e deve exercer controle social sobre as atividades por esta desenvolvidas. Neste sentido, acreditamos que uma política de memória não deve desconsiderar quadros sociais mais amplos, não apenas como receptores das ações de memória a serem desenvolvidas, mas como componentes da mesma. Nesse sentido, acreditamos ser essencial ultrapassar os muros da instituição por meio de uma política que vise à intervenção e à promoção de engajamentos no mundo social.

Destacamos, por fim, que nenhuma ação se dá fora de um contexto e período sócio-histórico específicos, que informam e precipitam as práticas cotidianas. A pandemia pela Covid-19, que se dá no momento de produção do presente artigo, nos coloca em um ponto bastante peculiar, no que alguns, entre os quais a atual presidente da Fiocruz, Nísia Trindade Lima, entendem como o efetivo início do século XXI⁶. Se em certa medida somos todos, sociedade e instituições, invadidos por uma realidade que traz uma série de incertezas, somos também instados a reforçar alguns valores e perspectivas. A memória social de que falamos possibilita o olhar para o passado viabilizando a ação e intervenção no presente com vistas à construção do futuro. Por posicionamento ético, político e também por afeto. Acreditamos que é nessa construção, que se dá pelo discurso, que se inicia a definição de caminhos para as transformações possíveis e desejáveis no pós Covid-19.

O baixo investimento sistemático em ações que garantam o bem estar social e o desenvolvimento científico no país se faz sentir de maneira pungente no atual momento de crise colocado pela pandemia. Ao mesmo tempo, nossos olhos se voltam para o Sistema Único de Saúde e para as instituições públicas de pesquisa, como é o caso da Fiocruz, em busca de uma solução; quanto mais rápida e “milagrosa”, melhor. Infelizmente não acreditamos que a “cura”

6 A presidente da Fiocruz tem recorrentemente feito essa colocação em suas entrevistas, de que a pandemia de Covid-19 seria o evento histórico que inaugura o século XXI, em referência às ideias do historiador Eric Hobsbawm, que afirma que são os grandes eventos que inauguram os séculos, e não os marcos de cronologia.

para a falta de investimentos seja passível de ser encontrada em 18 meses, como é estimado o prazo mínimo para o desenvolvimento e a colocação em produção de uma vacina que previna o Covid-19. Acrescente-se a esse cenário a preocupação agregada de que essa solução chegue a um preço que possibilite o atendimento a todos, e não apenas a um grupo financeiramente privilegiado, preocupação esta presente em diversos discursos institucionais da Fiocruz⁷.

É nesse campo que destacamos, ao longo do artigo, que a atuação pela memória e pelo discurso devem se dar, no sentido de aproximar a população do significado e também dos desafios enfrentados por suas instituições públicas ao longo de suas trajetórias, de maneira que possam lutar para fortalecê-las, reivindicando-as enquanto patrimônio coletivo. Acreditamos que a “marca invisível do SUS” (XAVIER, NARVAI, 2015) e das instituições que atuam em defesa da vida, como é o caso da Fiocruz, precisam ser reconhecidas e permanentemente reivindicadas por meio de narrativas circulantes na memória coletiva. Consideramos que o combate a uma pandemia deve se dar em várias dimensões e que o campo da memória é uma dessas arenas em que os significados devem ser construídos e acionados por meio dos discursos, entendidos enquanto ação no mundo.

É, portanto, neste contexto e com esse engajamento que nos propusemos a tratar de política, instituições públicas e memória, abordando especialmente o caso de uma instituição com atuação determinante no campo da saúde pública ao longo de seus 120 anos de história e que se encontra em extrema evidência no atual contexto de crise sanitária. A Fiocruz esteve e segue atuante por meio de ações de pesquisa básica e aplicada, assistência à saúde, produção e desenvolvimento tecnológico, ensino e formação de quadros para atuação na saúde pública, desde a ponta do sistema, na assistência, até os formuladores de políticas de alcance nacional e internacional nesse campo.

7 Essa preocupação aparece, por exemplo, em entrevista concedida por Nisia Trindade ao jornal Estadão, no link: <https://saude.estadao.com.br/noticias/geral/presidente-da-fiocruz-fala-do-combate-ao-coronavirus-essa-epidemia-e-o-grande-marco-do-seculo-21,70003295618> (Acesso em 20 de maio de 2020)

Em sua trajetória consta a atuação no controle de epidemias; na concepção de quadros normativos de uma saúde pública de alcance nacional, que reconheça e atenda às necessidades regionais, com protagonismo na proposição de um Sistema Único de Saúde que pudesse dar conta dos desafios de um país de dimensões continentais como o Brasil; na produção de vacinas e medicamentos, contemplando, por vezes, a necessária quebra de patentes, e o conseqüente impacto no controle de preços em um mercado lucrativo, como pode ser aquele que ampara a vida; e na construção de políticas públicas que garantam uma concepção nacional de desenvolvimento e bem-estar social.

Como discutido neste trabalho, o discurso institucional não é acionado apenas entre os muros de determinada organização, mas sim para o engajamento no cumprimento de qualquer tarefa para as quais as identidades institucionais se tornam relevantes. Reconhecemos que o presente artigo é também parte desse esforço, assim como consideramos ser inúmeras das falas públicas da presidente da Fiocruz, ao destacar que o que estamos vivendo exige um esforço de “paz”, e não de “guerra”, dado que se trata de uma crise não apenas sanitária, mas também humanitária.⁸

Considerando o contexto de políticas de memória e seu potencial de intervenção no mundo social, seguimos face a um desafio: como atualizar permanentemente a importância institucional envolvendo a participação de amplos quadros sociais em uma memória coletiva a qual se adere por afetividade e posicionamento político? Seja na Fiocruz ou nas demais instituições interessadas neste tipo de ação no âmbito da administração pública, urge encontrar caminhos que respondam de forma efetiva a essa indagação.

Referências Bibliográficas

BENCHIMOL, Jaime. Manguinhos do sonho à vida. Casa de Oswaldo Cruz: Rio de Janeiro, 1990.

⁸ Algumas dessas falas podem ser conferidas na entrevista indicada na nota anterior, e também em outra entrevista concedida por Nísia Trindade Lima, dessa vez à Ciência Hoje, no link: <http://cienciahoje.org.br/artigo/a-fiocruz-diante-da-covid-19/> (Acesso em 22 de maio de 2020)

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade. Petrópolis: Vozes, 2006.

DAVALLON, Jean. Memória e patrimônio: por uma abordagem dos regimes de patrimonialização”. In: TARDY, C. (Org.) ; DODEBEI, Vera (Org.). Memória e novos patrimônios. 1. ed. Marseille: OpenEdition Press, 2015.

DOUGLAS, Mary. Como as instituições pensam. São Paulo: EDUSP, 1998.

DREW, Paul. e HERITAGE, John. Talk at Work. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

GEE, Jean Paul. An introduction to discourse analysis. London: Routledge, 1999.

GONDAR, Jô. Cinco proposições sobre a memória social. Morpheus, nº 9, v 15, p. 19-40, 2016

GUATTARI, Felix. Fundamentos ético-políticos da interdisciplinaridade. Revista Tempo Brasileiro, 108. Jan-março de 1992. p. 19-26

HALBWACHS, Maurice. Los marcos sociales de la memoria. Barcelona: Anthropos, 2004.

HERITAGE, John.; CLAYMAN, Steven. Talk in Action. Interactions, Identities and Institutions. Hoboken: Wiley-Blackwell, 2010.

JELIN, Elizabeth. Los trabajos de la memoria. Madrid: Siglo XXI , 2002.

LAWLER, Stephen. Identity. Cambridge: Polity Press, 2014.

LEBRUN, Jean Pierre. Clínica da instituição. Porto Alegre: CMC Editora, 2016.

LIFSCHITZ, Javier. Em torno da memória política. Morpheus. N o 9, v. 15, p. 67-82, 2016.

LINDE, Charlotte. Working in the past. Narrative and Institutional Memory. Oxford: Oxford University Press, 2009.

MISLHER, Elliott. Narrativa e identidade: a mão dupla do tempo. Identidades . Recortes multi e interdisciplinares. Rio de Janeiro: Mercado das Letras, 2002

NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. São Paulo: Projeto História, 1993, v. 10.

OLICK, Jeffrey. K.; VINITZKY-SEROUSSI, Vered.; LEVY, Daniel. The collective memory reader. New York: Oxford University Press, 2011. 1

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Rio de Janeiro: Revista Estudos Históricos, v. 2, n. 3, 1989.

RAMPTON, Ben. Interactional Sociolinguistics. Working papers in urban language & literacies, 2017 (in press).

RIESSMAN, Catherine. Narrative methods for the human sciences. London: Sage, 2008.

SCHNEIDER, Marco. Ética, política e epistemologia: interfaces da informação. In: Fronteiras da Ciência da Informação. Brasília: Ibict, 2013. 262p.

XAVIER, Caco. NARVAI, Paulo Capel. A marca invisível do SUS. Revista Ensaios & Diálogos em Saúde Coletiva., nº 1, p.45-49, 2015.